

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 6/13 DO EXECUTIVO

REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2013

----- Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e treze, na sala de reuniões dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA e com a presença dos Srs. Vereadores, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE e CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA. -----

-----Esteve presente para a secretariar, a Técnica Superior ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**FALTAS** – Foi deliberado, por unanimidade, justificar as faltas dadas pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador Brito Salvador. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. VICE-PRESIDENTE E SRS. VEREADORES ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o Sr. Vereador Manuel Marques que principiou por colocar algumas questões relativamente às obras em curso na rua José Sucena, tendo o Sr. Vice-Presidente prestado as informações às dúvidas expostas. -----

----- A Sr.^a Vereadora Carla Jacinta, que interveio a seguir, pediu esclarecimentos acerca da execução das obras que a ADRA assumiu levar a efeito no concelho, tendo o Sr. Vice-Presidente informado da situação de cada uma delas. -----

----- Neste ponto das informações, a Câmara tomou, também conhecimento de que aderiram ao Acordo previsto no Código Regulamentar do Município de Águeda, Parte C1, que contempla a devolução da importância paga pelo título de estacionamento a todas as pessoas que efetuem compras nas lojas de comércio tradicional na cidade de Águeda, num valor igual ou superior a 25€, com faturas cumulativas no mesmo dia, as seguintes firmas: -----

- Auto Mercado Central (João Paula & Silva, Lda) ; -----

- Bringerie – Comércio de Acessórios de Moda, Unipessoal, Lda; -----

- Chez Nous – Aida & Fernando, Lda; -----

- LEDi9; -----

- Perfumaria Cent&Doze; -----

- United Colors of Benetton. -----

----- **ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO DO EXECUTIVO** -----

----- Na continuação dos trabalhos, a ata da última reunião do executivo foi aprovada por unanimidade, tendo-se dispensado a sua leitura, uma vez que foi disponibilizada aos Srs. Membros do Executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião. -----

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte infra referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- REVISÃO DE PREÇOS -----

-----A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de revisão de preços provisória n.º 32, processado nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, no valor de 2.818,41€ ao qual será adicionado o IVA, referente à empreitada “Requalificação da E.B. 1, 2, 3 Fernando Caldeira”, adjudicada à empresa Habitâmega – Construções, S.A.-----

----- RESPOSTA A PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS -----

-----Prossequindo os trabalhos a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 07/03/2013, que aprovou os esclarecimentos prestados, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, referentes ao Centro Educativo da Trofa (proposta 144/13). -----

-----A seguir, a Câmara deliberou, também por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 11/03/2013, que aprovou os esclarecimentos prestados, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, referentes ao Centro Educativo de Aguada de Cima (proposta 145/13).-----

----- ABERTURA DE CONCURSO -----

----- Continuando a reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 04/03/2013, que aprovou a abertura de concurso público sem publicidade internacional, para “Instalação de Grupo Eletrobomba na Captação de Assequins – Rede de Rega da Cidade” – nos termos legalmente propostos na proposta de abertura de procedimento que se arquiva na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, o projeto de execução, o programa de concurso e o caderno de encargos, bem como a constituição do Júri,

delegando no mesmo todas as competências para a gestão do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP (proposta 146/13). -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, em cumprimento do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de Janeiro, aprovar o respetivo projeto (peças escritas e desenhadas) e autorizar o procedimento designado por Ajuste Direto, previsto na alínea a) do art.º 19.º do referido Código, para a contratualização de empreitada de CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA DE FIXAÇÃO PARA MÓDULOS AMOVÍVEIS, delegando, no técnico proponente, todas as competências necessárias à gestão do procedimento, designadamente: -----

- Prestar esclarecimentos e proceder à retificação de erros ou emissões das peças de Procedimento. -----
- Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados. - Classificação de documentos das propostas. -----
- Proceder à notificação do adjudicatário quanto à não apresentação dos documentos de habilitação e determinar eventual prorrogação do prazo para entrega. -----

----- As peças que constituem o presente procedimento encontram-se arquivadas na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião e serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública vorta INEXT, com o seguinte endereço: govpt.vortal.biz (proposta 148/13). -----

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** -----

----- PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL -----

----- Na continuação dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas que se transcrevem: -----

-----PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS-----

----- “De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite ao João Miguel Pereira Ribeiro, ficando obrigado a prestar o serviço tendo em conta as seguintes disposições: -----

- a) Apoio na realização de informações técnicas de apoio à gestão na área de Recursos Humanos; -----
- b) Apoio no processo de avaliação de desempenho; -----
- c) Elaboração de documentos internos de relevância para os serviços; -----
- d) Preparação e tratamento de dados para resposta a pedidos de informação de entidades externas de carácter obrigatório. -----
- e) Apoio na elaboração e fundamentação dos processos instrutórios de recrutamento, mobilidade e aposentação” (proposta 151/13). -----

----- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TÉCNICO SUPERIOR JURISTA -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o Caderno de Encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite a Ana Isabel Serrano da Silva, ficando obrigada a prestar o serviço tendo em conta as seguintes disposições: -----

- a) Prestar apoio jurídico aos órgãos e serviços municipais; -----
- b) Realizar estudos e trabalhos de natureza jurídica; -----
- c) Elaborar pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas, regulamentos internos, minutas de contratos e protocolos; -----
- d) Recolher e tratar da legislação e jurisprudência com relevância para a atividade autárquica; -----
- e) Apoiar na instrução de processos administrativos e disciplinares, bem como na instrução de processos de contraordenação e de execuções fiscais” (proposta 152/13)”.-----

----- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO NO MUSEU FERROVIÁRIO -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite a Diana Catarina de Pinho Lemos, ficando obrigada a prestar o serviço tendo em conta as seguintes disposições: -----

a) Apoio aos serviços na concepção e gestão das atividades a desenvolver relacionadas com a ferrovia; -----

b) Apoiar/assegurar na abertura das instalações e atendimento ao público; -----

c) Apoio aos serviços no registo e controlo de visitantes (proposta 141/13)”. -----

-----PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM MESTRE EM ENGENHARIA CIVIL -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante aplicação de procedimento, por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos com convite ao Mestre em Engenharia Civil, Edgar Barão Vidal de Almeida (proposta 140/13)”. -----

----- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO -----

-----“Cumpre-me remeter ao Executivo Municipal a proposta de pedido de autorização de parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços de consultadoria técnica para elaboração de projeto de alterações ao projeto de Requalificação do Edifício e do Exterior da E.B. 2,3 de Aguada de Cima, datada de 14/03/2013, para efeitos de ratificação do despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, datado de 14/03/2013, que aprovou o parecer prévio vinculativo, bem como a aquisição de serviços nos termos e condições da proposta presente (proposta 143/13)”. -----

----- **ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DIVERSAS** -----

----- APOIO FINANCEIROS -----

-----Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, ao Clube de Ténis de Águeda, um apoio financeiro no valor de 3.000,00€ destinado a comparticipar a realização do IX Open Cidade de Águeda, que vai ocorrer de 4 a 7 de julho de 2013 (proposta 142/13). -----

-----No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Associação Recreativa e Cultural de Óis da Ribeira (ARCOR) dois subsídios, um no valor de 1.557,50€ destinado a apoiar o desenvolvimento desportivo e outro, no valor de 750,00€, para aquisição de material desportivo (embarcações), nos termos do Contrato-Programa que foi presente e aprovado e se encontra arquivado na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião (proposta 147/13). -----

-----**PATRIMÓNIO** -----

----- CEDÊNCIA DE DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES -----

-----Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à cessação do Protocolo n.º 92 de 2009, que se destinava a ceder o direito de utilização das instalações da Escola Básica do 1º Ciclo Professor João Pires da Rosa ao Agrupamento 789 de Fermentelos do Corpo Nacional de Escutas. -----

-----Mais foi deliberado, de acordo com a proposta que foi analisada, ceder o direito de utilização das instalações da referida escola básica do 1º ciclo ao Agrupamento 789 de Fermentelos do Corpo Nacional de Escutas e ao Clube Desportivo da Pateira – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa nos termos do protocolo que foi presente e aprovado e se encontra arquivado na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 150/13).-----

----- ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----

-----Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no art.º 137.º do Código do Procedimento Administrativo ratificar o Despacho do Sr. Vereador João Clemente, datado do dia 8 de Março corrente, que isentou a Associação Atlética Macinhataense do pagamento de taxas da licença especial de ruído, para a realização de música ao vivo, no âmbito da inauguração do relvado sintético, a levar a efeito no dia 9 de março, em Macinhata do Vouga (proposta 137/13). -----

-----Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 18.º/I, do Código Regulamentar do Município de Águeda,

isentar a Fábrica da Igreja Paroquial de Aguada de Cima do pagamento de taxas referentes à licença para o arraial, à licença especial de ruído da festa e à licença especial de ruído para o lançamento de foguetes das festividades em honra das Almas Santas da Areosa, que se realizará nos dias 4 a 8 e 11 a 14 do próximo mês de abril, no lugar de Almas da Areosa, freguesia de Aguada de Cima (proposta 136/13). -----

-----Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no art.º 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificar o Despacho do Sr. Vereador João Clemente, datado do dia 13 de março corrente, que aprovou, nos termos do estipulado no n.º 1, do art.º 18.º/I do Código Regulamentar do Município de Águeda, a isenção do pagamento de taxas referentes à licença especial de ruído para a realização de arraial académico, levado a efeito no referido dia 13, nas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, nesta cidade. -----

----- **ACIDENTE NA VIA PÚBLICA** -----

----- RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS EM VIATURA -----

-----De seguida, a Câmara analisou a proposta apresentada e deliberou, por unanimidade, pagar a José Fidalgo Madeira Soares, a importância de 130,07€, como ressarcimento dos prejuízos que sofreu no seu veículo, na sequência de acidente ocorrido no passado dia 19 de dezembro de 2012, ocasionado pelo mau estado da estrada que liga a Póvoa de Vale de Trigo à EN1, junto ao corte para o Candam e para o Crossodromo, conforme exposição apresentada pelo munícipe e informação elaborada pelos serviços municipais (proposta 139/13).-----

----- **PATRIMÓNIO** -----

----- ARRENDAMENTO DE DOIS PRÉDIOS RÚSTICOS -----

-----Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do proposto no relatório final da Comissão de Abertura e Análise do Procedimento levado a efeito, proceder ao arrendamento dos dois prédios rústicos – “Cabeço da Seladinha” e “Alto da Seladinha da Corga do Reconco” à firma Portucel Soporcel Florestal nos precisos termos do processo que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião (proposta 153/13).-----

----- **ASSUNTOS URGENTES** -----

----- A seguir, o Sr. Vice-Presidente, dada a urgência de que se revestem os mesmos, propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e na parte final do artigo 19.º do Código do Procedimento Administrativo, que se incluía na Ordem de Trabalhos desta reunião os assuntos que se seguem – tendo todos os Membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise: -----

-----**ACESSO A BASE DE DADOS JURÍDICA**-----

-----Analisada a proposta que foi presente e se arquiva na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, conferir parecer prévio favorável à contratação do serviço de Acesso a Base de Dados Jurídica à empresa Datajuris, Direito e Informática, Lda. nas condições da referida proposta que se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 154/13). --

-----**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**-----

----- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as seguintes propostas, para aquisição dos serviços mencionados nos processos que foram presentes e se encontram arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião: -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 75.º da Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado previsto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, efetuado à Sra. Maria Flora Estima Simões” -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 75.º da lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado previsto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, efetuado à Sra. Ana Maria de Melo Rodrigues” -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços mencionada no processo, conforme o caderno de encargos em

anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite efetuado à Sra. Amélia Maria dos Anjos”.-----

-----“ De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços mencionada no processo, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite efetuado à Sra. Maria Conceição Paz Tavares Lima,”-----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços mencionada no processo, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite efetuado à Sra. Alda Maria Ferreira Duarte”.-----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços mencionada no processo, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite efetuado à Sra. Anabela Lemos Guimarães Coutinho”. -----

----- “De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme

previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite efetuado à Sra. Maria de Lurdes Fernandes”; --

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 e setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e conforme previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviço mencionada no processo, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Directo, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite efetuado à Sra. Isabel Maria Martins Rodrigues”. -----

-----Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 06 de Março de 2013, que aprovou o parecer prévio vinculativo, bem como as peças do procedimento para aquisição de serviços de diversos seguros, através da contratação de apólices de seguros (proposta 155/13). ---

----- **ISENÇÃO DE TAXAS** -----

-----De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, com base nos princípios da igualdade, imparcialidade e transparência que norteiam os atos da Administração Pública, aprovar a dispensa do pagamento das taxas de ocupação de via pública e de publicidade, durante o ano de 2013, relativamente aos licenciamentos em vigor e aos estabelecimentos com atividade localizada na Av.^a Dr. Eugénio Ribeiro, Praça Dr. António Breda, Rua Fernando Caldeira e Rua Dr. José Sucena, na Freguesia de Águeda, a título de compensação pelos prejuízos causados, bem como pelo esforço financeiro para a melhor concretização de toda a ação.-----

----- Eram onze horas e dez minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Técnica Superior, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Vice-Presidente. -----